

RE no RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.325 - SP (2019/0096051-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : GABRIEL LOURENCO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : SÉRGIO PALACIO E OUTRO(S) - SP093388
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JOSELAINE LOURENCO DIAS (PRESO)
ADVOGADOS : ARLEI DA COSTA - SP158635
AMANDA BARDUCCI LUIZ - SP390458

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO
CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO
EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA
SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por GABRIEL LOURENÇO DE SOUZA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Joel Ilan Paciornik, assim fundamentada (fls. 1.026/1.029):

O recurso não merece ser provido.

O Tribunal de origem manteve a condenação pelo crime de corrupção ativa, consignado (fl. 593):

(...)

Verifica-se que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de reconhecer o crime impossível, demandaria o reexame do conjunto probatório, o que não se viabiliza em recurso especial a teor do verbete n. 7 do STJ.

Nesse mesmo sentido, os seguintes julgados:

(...)

Por fim, como bem anotado pelo decisório agravado, está pacificado nesta Corte Superior, por meio da Súmula n. 518, que "*para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula*", tendo em vista que enunciado de súmula não é enquadrado no conceito de lei federal.

Diante do exposto, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.038/1.057), sustenta a parte recorrente que a decisão recorrida violou o disposto no artigo 17 do Código Penal e no enunciado n.º 145 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1.067/1.074 e 1.075/1.079.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do

Superior Tribunal de Justiça

agravo regimental para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de exaurimento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC 14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente